



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

LIEVERTON GEIZON SERPA BARBOSA DE LIMA

**A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA PARAÍBA ENTRE 1889 - 1930: BREVES
COMENTÁRIOS**

GUARABIRA

2022

LIEVERTON GEIZON SERPA BARBOSA DE LIMA

**A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA PARAÍBA ENTRE 1889 - 1930: BREVES
COMENTÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História.

Orientador(a): Professora: Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo

GUARABIRA

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L254p Lima, Lieverton Geizon Serpa Barbosa de.
A política oligárquica na Paraíba entre 1889 - 1930
[manuscrito] : breves comentários / Lieverton Geizon Serpa
Barbosa de Lima. - 2022.
39 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Primeira República. 2. Paraíba. 3. Oligarquias. I. Título

21. ed. CDD 981.33

A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA PARAÍBA ENTRE 1889 - 1930: BREVES COMENTÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em História.

Área de concentração: História.

Aprovada em: 21/07/2022.

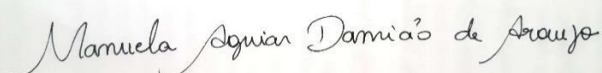
BANCA EXAMINADORA



Professora Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Professora. Dr^a. Joedna Reis de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Professora. Dr^a. Manuela Aguiar Damiano de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais Oneide Serpa e Luiz Gonzaga, por todo apoio nesta minha caminhada. E também aos meus irmãos Luiz Grinberg e Lerrick Gleyson, que sempre deram força nesta minha jornada até a minha conclusão de curso. Dedico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -: Documento do Manifesto Republicano de 1870	11
Figura 2 – “A natureza excludente da Primeira República”	16
Figura 3 -: Charge “Voto de Cabresto”	19
Figura 4 - Presidente do Estado da Paraíba Venâncio Neiva	26
Figura 5 - Álvaro Lopes Machado, representante da oligarquia Alvarista 1908 - 1912.	28
Figura 6 – Epitácio Pessoa, líder da oligarquia Epitacista	29
Figura 7 – Assassinato do Presidente João Pessoa	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A PRIMEIRA REPÚBLICA	11
2.1 O Nascimento da República brasileira	11
2.2 A Primeira República: breves comentários.....	15
3 AS OLIGARQUIAS PARAIBANAS E A PRIMEIRA REPÚBLICA	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38
AGRADECIMENTOS.....	40

A POLÍTICA OLIGÁRQUICA NA PARAÍBA ENTRE 1889 - 1930: BREVES COMENTÁRIOS

Lieverton Geizon Serpa Barbosa
de Lima ¹

RESUMO

Este trabalho versa sobre a influência das oligarquias nos Estados e na Paraíba entre 1898 e 1930. Na Paraíba, logo após a Proclamação da República ou golpe de 1889, pode-se observar algumas famílias oligárquicas assumindo o poder e permanecendo do controle do Estado durante anos. Dentre as oligarquias que se destacaram podemos citar a Venacista, Alvarista e Epitacista. Nesse sentido, inicialmente procuramos falar sobre a Proclamação da República em 1889, e de forma resumida como foi a Primeira República no Brasil. Em seguida discutimos as questões relacionadas a Paraíba buscando entender como se dava a organização e controle desses grupos oligarcas no Estado, bem como tentamos compreender o impacto do coronelismo. Para tal, realizei pesquisa e leitura em uma série de dissertações e livros que tratam do tema, portanto, trata-se de uma pesquisa historiográfica. Foi possível observar que as disputas oligárquicas paraibanas estavam conectadas com as estratégias políticas da Primeira República que tinha como base a “política dos governadores” ou “Política dos Estados” onde os governos estaduais garantiam o poder dos chamados “coronéis” através de alianças e troca de favores e a nível federal estes governadores com ajuda dos “coronéis” elegiam Presidentes em troca do reconhecimento do seu poder para manterem o domínio nos Estados, formando uma interdependência entre as diferentes esferas de poder: federal, estadual e municipal.

Palavras-chave: Primeira República; Paraíba; Oligarquias.

ABSTRACT

This work deals with the influence of the oligarchies in the States and in Paraíba between 1898 and 1930. In Paraíba, soon after the Proclamation of the Republic or the 1889 coup, it is possible to observe some oligarchic families assuming power and remaining under the control of the State for years. . Among the oligarchies that stood out, we can mention the Venacista, Alvarista and Epitacista. In this sense, we initially tried to talk about the Proclamation of the Republic in 1889, and in a summarized way how the First Republic was in Brazil. Next, we discuss issues related to Paraíba, seeking to understand how these oligarchic groups were organized and controlled in the State of Paraíba, as well as trying to understand the impact of coronelismo. To this end, I carried out research and reading in a series of dissertations and books that deal with the subject, therefore, it is a historiographical research. It was possible to observe that the oligarchic

¹ Graduado em História pela UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail:

disputes in Paraíba were connected with the political strategies of the First Republic, which was based on the “governors’ policy” or “State policy” where state governments guaranteed the power of the so-called “colonels” through alliances and exchanges. of favors and at the federal level, these governors, with the help of the “colonels”, elected presidents in exchange for the recognition of their power to maintain dominion in the state, forming an interdependence between the different spheres of power: federal, state and municipal.

Keywords: First Republic; Paraíba; oligarchies.

1 INTRODUÇÃO

É notório que quando se refere à política que existia na Paraíba, durante a Primeira República se perceber como o governo era comandado a partir das oligarquias, essas oligarquias seriam uma família que por meio de um representante, se estabelecia no poder e tinha uma grande influência de como ocorreria às eleições, que por meio destas eleições mantivesse continuidade como a oligarquia dominante da região. Essa forma de governo era predominante em muitos estados do Brasil, mais em minha pesquisa quis compreender como exatamente como as oligarquias se estabelecia no poder e qual se impacto no estado da Paraíba.

Observa-se que as influências das oligarquias estavam presentes em todos os estados e na Paraíba não foi diferente. Na Paraíba, logo após a Proclamação da República ou golpe de 1889, pode-se observar o poder de algumas famílias oligárquicas. A exemplo da Venacista, Alvarista e Epitacista. As oligarquias Alvarista e Epitacista conseguiram se manter no poder por longos anos, e pode-se destacar entre os oligarcas mais influentes no estado a figura de Epitácio Pessoa.

Nesse sentido, em busca de entender como se dava a organização e controle desses grupos oligarcas no estado da Paraíba, bem como tentando compreender o impacto do coronelismo neste estado, busquei desenvolver minha pesquisa. Para tanto, realizei pesquisa e leitura em uma série de dissertações e livros que tratam do tema, considerando que em decorrência da pandemia do Covid-19, não tive acesso à Biblioteca do Centro de Humanidades e nem tão pouco pude contar com a possibilidade de pesquisar em documentos disponível na internet devido o Núcleo de Informática do mesmo Centro encontrar-se fechado. Assim, o trabalho ficou basicamente restrito a uma discussão historiográfica.

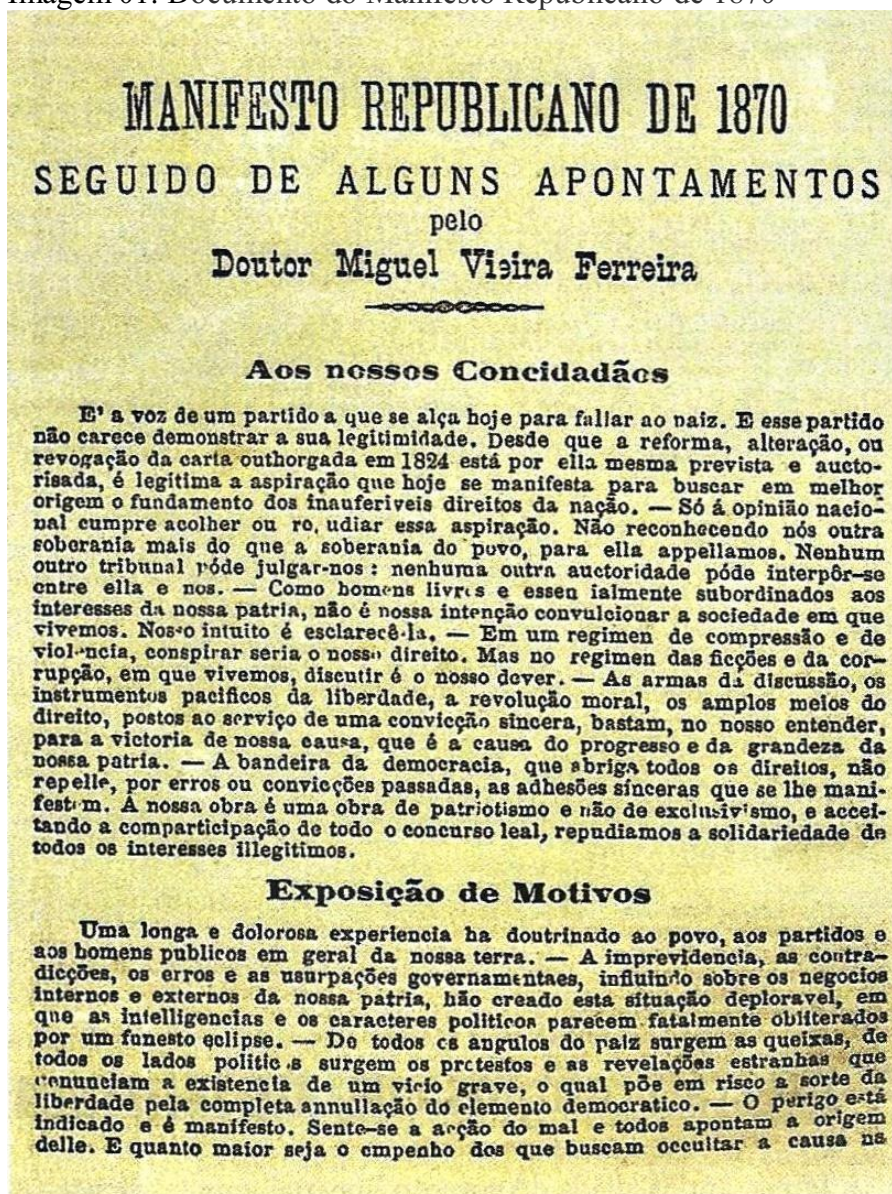
A escolha do tema se deu diante da minha inquietação desde o momento que cursei História do Brasil I e História da Paraíba II, para buscar entender até que ponto 1930, representou o fim das Oligarquias no Brasil e na Paraíba? Tiveram-se fim as práticas oligárquicas no Estado da Paraíba ou se ainda existem resquícios destas práticas, mesmo com denominações diferentes no nosso Estado? Se as oligarquias acabaram em 1930, como justificamos famílias tradicionais de certos municípios conseguirem se revezar no poder durante anos, a exemplo de Guarabira com os Toscano x Paulino, em Campina Grande Cunha Lima x Rêgo, etc.? Como num município como Araruna a família Maranhão ficou 40 anos no poder? Questões como estas me envolveram em leituras e a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

2. A PRIMEIRA REPÚBLICA

2.1 – O Nascimento da República brasileira

“No dia 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro (então sede da Monarquia), foi publicado no Jornal *A República* o texto considerado o manifesto fundador do movimento republicano no Brasil”. (MATTOS, p. 85). Com esse manifesto a campanha pela República cada dia passou a ganhar mais adeptos. O manifesto fazia menção às ideias de democracia e federalismo com expressões como ‘soberania do povo’, ‘liberdade individual’ e ‘voto do povo’ apesar dos temas defendidos no manifesto, havia omissão em relação à escravidão, mesmo sendo publicado um ano antes da Lei do Ventre Livre.

Imagem 01: Documento do Manifesto Republicano de 1870



Fonte: Disponível em: <http://de-olho-na-historia.blogspot.com/2012/11/o-republicanismo-se-expande.html>. Acesso: 06/06/2022.

Diferentes grupos políticos aderiam às ideias republicanas, desde a classe média urbana: jornalistas, literatos, estudantes, artistas, políticos “de todas as províncias e com todos os sotaques formavam uma caixa de ressonância que introduzia muitas novidades ao cenário político” (MATTOS, p. 86) também os jovens engenheiros militares, formados na Escola Militar da Praia Vermelha, sob a influência de Benjamin Constant. “A nova opinião pública da capital irmanava-se no apreço à modernidade e ao progresso, noções que muitas vezes se confundiam com a ideia republicana.” (MATTOS, p. 86).

Os republicanos concordavam que a Monarquia não atendia aos interesses do Brasil, mas estavam longe de formar um bloco homogêneo e coeso. “havia várias correntes republicanas que expressavam visões diferentes de como deveria se organizar a República no Brasil. [...] uma corrente liberal, uma corrente positivista e a corrente dos radicais republicanos.” (NAPOLITANO, 2016, p. 19-20).

Ao longo dos anos seguintes, o desgaste da Monarquia foi crescente e culminou com o golpe de Estado no dia 15 de novembro de 1889.

Segundo o historiador Holanda o fim da monarquia no Brasil, ocorreu em decorrência de vários motivos:

A interferência de D. Pedro II nos assuntos religiosos, provocando descontentamento na Igreja Católica; críticas feitas por integrantes do exercício Brasileiro, que não aprovavam a corrupção existente na Corte, o desejo de mais liberdade e maior participação da classe média (funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, artistas, comerciantes) que crescia nos grandes centros urbanos, identificando-se com ideais republicanos; falta de apoio de proprietários rurais, principalmente dos cafeicultores paulistas, desejosos de obter maior poder político, por terem o poder econômico. (HOLANDA, 1983, apud SENA, 2017, p. 236).

Autores como Neves (2008), também apontam como motivos que levou ao enfraquecimento do Império a criação do manifesto Republicano em 1870, o crescimento do Partido Republicano em diversas Províncias, a idade avançada do imperador, suas constantes viagens à Europa, e a própria discussão em torno da sucessão ao trono, que por não contar com filhos homens a princesa Isabel naturalmente ocuparia o trono, o que não era bem aceito, pelos fazendeiros escravistas como também o fato dela ser casada com o conde d’Eu que não era muito popular entre os brasileiros.

É a partir de 1870 que se oficializa o republicanismo brasileiro, com a publicação do Manifesto Republicano no primeiro número do Jornal *A República*. Coerente com o princípio descentralizador do federalismo, que se constituía na grande bandeira política dos republicanos. O movimento republicano organizou-se em partidos políticos provinciais; divulgou seus ideais em jornais da corte e das províncias; multiplicou a existência de clubes republicanos; chegou a eleger dois representantes para a Câmara dos Deputados; Organizou Congressos Republicanos (1887, 1888), abrigou tendências diferenciadas entre as quais os republicanos históricos, os positivistas, os moderados, os liberais, além de descontentes com o rumo do Estado Imperial (fazendeiros e proprietários de escravos. (NEVES, 2008, p.29).

De acordo com Mary Del Priore, (2010, p. 303) “o impacto da abolição foi devastador na relação entre o governo imperial e uma legião de proprietários rurais, pois, na época em que foi sancionada, a indenização era impossível: os 700 mil escravos existentes valiam, no mínimo, 210 milhões de contos de réis, enquanto o orçamento geral do Império era de 165 milhões de contos de réis”. A Lei Áurea rompeu, dessa forma, com o gradualismo dos emancipacionistas, sendo resultado das lutas de escravos e de homens livres engajados no movimento abolicionista. Para os escravistas, a abolição representou uma traição, um confisco da propriedade privada. A reação desse grupo não tardou a acontecer. Um ano após o 13 de maio, à oposição dos numerosos ex-senhores de escravos somou-se aos demais grupos insatisfeitos com a monarquia. A monarquia estava com seus dias contados.

Embora tenha sido um movimento que contou com a presença de militares e alguns republicanos, a “Proclamação da República não pode ser reduzida à questão militar, apesar de ser praticamente desvinculada do movimento republicano civil, seria incorreto desprezar os acontecimentos de 15 de novembro como se fosse simples acidente. As raízes da República devem ser buscadas mais fundo, o ato da sua instauração possui valor simbólico. (Carvalho, 1990, p. 36).

O fato é que a associação de todos esses fatores enfraqueceu o poder da monarquia culminando com a queda do gabinete de Ouro Preto em e a Proclamação da República ou golpe, em 15 de novembro de 1889.

O Novo regime, praticamente não teve movimento de resistência, a família real deixou o país, logo após ser informada do acontecido e os monarquistas até chegaram a ocupar cargos no novo governo republicano.

O povo no dizer de Aristides Lobo assistira a tudo bestializado, como se estivessem diante de uma parada militar. Porém, uns poucos populares acompanharam a movimentação das tropas sem entender bem o que ocorria no momento, “Na rua 1º de Março, segundo Arthur Azevedo, o cotejo passou em profundo silêncio. Deodoro parecia um herói derrotado, mal se sustentava na sela, a cara fechada, de cor ferrosa puxado para o verde”. (CARVALHO, 1990, p. 52).

Talvez apenas o povo das ruas da capital que a tudo assistira bestializado, no dizer de Aristides Lobo, assim como o povo pobre do interior, das vilas e capitais provinciais, intuísem que toda aquela agitação nada mudaria em suas vidas. (...) Para continuar buscando o favor e a proteção dos poderosos de sempre, muitos deles convertidos em ardorosos republicanos depois daquela sexta-feira quente de novembro”. (NEVES, 2008, p.26).

O que se sabe, é que os descontentamentos citados anteriormente em relação à Monarquia, já apontavam para esse movimento, desde a segunda metade do século XIX. Em Carta confidencial do representante do Reino Unido endereçada ao Ministério das Relações Exteriores essas questões já eram mencionadas: ““(…) O Imperador tem a saúde enfraquecida (...); a Princesa Imperial não é, popular junto a uma classe numerosa e influente, prejudicada em seus negócios privados com a abolição da escravidão; o executivo fraco; o exército não inspira confiança, e todas essas circunstâncias apontam para a possibilidade de uma revolução num futuro não distante’ (NEVES, 2008, p.32)”. Previsível para brasileiros e não brasileiros, a República, se bem que talvez inesperada não tenha sido feita de improviso. (NEVES, 2008, p.32).

Embora proclamado sem iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto as novas possibilidades de participação. O que mudou para o povo brasileiro após o golpe de 15 de novembro? Qual foi o lugar ocupado pelo cidadão brasileiro? “Concluído o movimento circular no

plano político a sociedade voltaria ao ponto de partida sem grandes convulsões. Sob novas formas, os antigos e os novos *Donos do Poder* manteriam firmes as rédeas do mando”. (NEVES, 2008, p.26).

É consenso entre os historiadores que no Brasil a consolidação do regime republicano não se efetivou através de processo tranquilo e pacífico, não que tivesse ocorrido movimentos que fossem capazes de colocar esperanças na volta de D. Pedro para ocupar o trono. No entanto, os primeiros anos de República foram marcados pela violência manifestada nas acirradas disputas pessoais, na repressão do Estado às manifestações populares e sublevações. Neste processo também não faltaram embates mais sérios entre os representantes das forças políticas opositoras com características de guerra civil. Servem de exemplo a Revolta Federalista e a Revolta Armada. (HOFFNAGEL, Marc Joy, 2008, p.23).

A Proclamação da República trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites mas também de camadas antes excluídas do jogo político. [...] os primeiros anos da República foram de repetidas agitações. [...] Os militares tinham provado o poder que desde o início da regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República. Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram organizar-se em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja em defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação. [...] pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. [...] (CRVALHO, 1987, p. 21-23).

A população negra já se manifestava contrária a República antes de 1889, quando José do Patrocínio organizou a Guarda Negra. A simpatia dos negros pela monarquia também pode ser visualizada por meio da relação de respeito para com a princesa Isabel e ao próprio Imperador por parte dos negros e pobres. (CARVALHO, 1987). Por outro lado, a perseguição dos republicanos aos negros e pobres foi uma constante a exemplo dos capoeiras, bicheiros e os moradores de moradias populares como o cortiço Cabeça de Porco destruído em 1892, pelo republicano Barata Ribeiro.

Os estrangeiros também foram perseguidos pelos governantes no novo regime, principalmente os anarquistas que foram expulsos do país ou presos.

Em novembro, o descontentamento militar tomou ares decididamente golpistas, envolvendo Deodoro e lideranças civis em conspirações republicanas, mas ainda o desenrolar final dos acontecimentos não seguiu qualquer plano articulado. Apesar das muitas controvérsias interpretativas sobre o episódio, e consenso entre os pesquisadores que boatos de que havia uma ordem de prisão contra ele próprio [Deodoro da Fonseca] e Benjamin Constant acabaram por convencer um Deodoro que se encontrava em casa com problemas de saúde a liderar as tropas sublevadas. Em parada militar, o velho marechal dirigiu-se ao Campo de Santana, e entrando no quartel-general onde estavam reunidos os representantes do governo, destituiu o último gabinete monárquico. As tropas legalistas, muito mais numerosas, sob o comando do general Floriano Peixoto, não esboçaram reação. Apesar da conspiração republicana que preparou o ato, naquele momento Deodoro limitou-se a derrubar o gabinete. Só ficou claro para todos que se tratava de mais do que isso quando, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, algumas horas depois, uma representação liderada por José do Patrocínio declarou em nome do povo, consumada a queda da Monarquia e a Proclamação da República como nova forma de governo do Brasil. Apenas à noite instalou-se um governo provisório. O imperador foi intimado a deixar o

país em 24 horas. A partida da família imperial foi realizada de madrugada e em movimentação sigilosa. (MATTOS, p. 89).

Como foi possível observar, a Monarquia estava em crise e desprestigiada entre as elites e entre os militares, sobretudo a jovem oficialidade. Porém, possuía um certo apoio dos pobres e negros. Assim, o golpe não recebeu reações significativas e não produziu grandes manifestações festivas. “Uma Monarquia já sem sustentação política e a expectativa reformista da opinião pública carioca deram ao evento um quê de mudança inevitável”. (MATTOS, p. 89).

2.2- A Primeira República: breves comentários

Com a queda da monarquia o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o Governo Provisório (1889-1891). Segundo José Murilo de Carvalho (1990, p.38), o deodorismo era defendido por setores militares desvinculados da propaganda republicana. Eram, sobretudo os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai. Dentre eles os inúmeros parentes de Deodoro e jovens oficiais não positivistas. A República para esse grupo era o ato final da Questão Militar, sua solução definitiva pela eliminação de um regime que, segundo eles, era dominado por uma elite bacharelesca inversa aos interesses castrenses, desrespeitosa dos bríos militares.

Com Deodoro da Fonseca na presidência da República, imediatamente ele interveio em quase todos os estados, colocando no poder grupos afinados com sua política. Através do ministro da Fazenda Rui Barbosa, buscou estimular o capitalismo brasileiro “por decreto”. Para estimular economia brasileira Deodoro da Fonseca criou medidas que ficaram conhecidas por Encilhamento dentre outras questões determinava que os bancos emitissem papel-moeda sem lastro em ouro, para ocorrer uma maior circulação de dinheiro no país, a disponibilidade de dinheiro nos bancos para empréstimo, influenciou a criação de empresas fantasmas que nada produziam. Apesar da artificialidade das empresas, ocorreu uma euforia inicial na compra de ações, e o resultado foi catastrófico.

Muitas empresas faliram em pouco tempo, levando consigo as economias de muitos investidores. A emissão de papel moeda sem lastro produtivo real fez com que a inflação saísse do controle. As finanças públicas também se deterioraram com compromissos assumidos pelo Estado na garantia de bônus e na ampliação do crédito. (NAPOLITANO, 2016, p. 24).

O governo de Deodoro da Fonseca além de causar prejuízo econômico ao país, com o Encilhamento, também foi marcado pela elaboração de uma nova Constituição. Em 24 de fevereiro de 1891, foi aprovada a nova Constituição do país. Baseada na carta constitucional norte-americana, e cujas marcas principais eram a adoção de federalismo, a acentuação do presidencialismo, o estabelecimento de três poderes – O Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Além, da separação entre a Igreja, o Estado e o catolicismo deixou de ser religião oficial do país, as Províncias foram transformadas em Estado, (Os governos ficavam com as rendas das Exportações, União ficava com as rendas das importações), o voto passou a ser direto, não secreto, (não podiam votar: analfabetos, mendigos, soldados, mulheres e religiosos) e estabelecia o critério da alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a votar, deixando a maior parte da população sem o direito de votar e ser votado, o que significava 2% a 5% da população brasileira. (NEVES, 2008, p.35).

Imagem 02: “A natureza excludente da Primeira república”



Fonte: Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-natureza-excludente-republica.htm>. Acesso, 06/06/2022.

Se o povo não ocupou lugar de destaque no ato da Proclamação da República, ao longo da Primeira República, também vão ficar à margem das decisões políticas, considerando que a grande maioria era analfabeta e, portanto, não votava.

De acordo com o historiador Marcos Napolitano (2016), o presidente Deodoro da Fonseca, ficou marcado pelo autoritarismo, principalmente porque ele queria permanecer no poder e para isso ele tentou fechar o Congresso, mas sem apoio do exército não obteve êxito. As tensões políticas tornaram-se insustentáveis. Greve de ferroviários no Rio de Janeiro, Deposição de Julho Castilhos no Rio Grande do Sul, Revolta de Custódio de Melo que assenta os canhões dos navios da armada ancorados na baía da Guanabara contra a Capital da República. Deodoro passa o governo às mãos do vice-presidente Floriano Peixoto eleito pela Assembleia Constituinte. (NEVES, 2008, p.35).

O militar Floriano Peixoto, que ficou conhecido no seu governo como Marechal de Ferro, apelido dado por fazer uso da força mediante os movimentos sociais ocorridos ao longo do seu governo. Em relação ao seu governo o historiador Napolitano no seu livro “História do Brasil República” retrata dessa forma:

Sobre “Marechal de Ferro” recaíram as expectativas de positivistas e jacobinos. A sombra do velho regime monárquico, com poucos adeptos na verdade, aliada às tensões sociais e políticas que se seguiram ao golpe republicano, parecia colocar em risco a jovem República brasileira. Floriano enfrentou com rigor as revoltas que ameaçam a estabilidade do regime, como a Revolta Federalista no Sul e a Revolta da Armada que aboliu a própria capital da República, mas esteve longe de realizar o ideal positivista de uma ditadura republicana antioligárquica e modernizadora, frustrando aqueles que tinham essa expectativa. Por trás do seu poder estava o apoio político da

oligarquia paulista, ciente de que a sobrevivência de novo regime era a garantia do seu poder na política nacional. (NAPOLITANO, 2016, p. 26).

Ao assumir a presidência, Floriano repetiu a mesma prática política de Deodoro e interveio em quase todos os estados, demitindo funcionários públicos considerados deodoristas e substituindo-os por outros de sua confiança. Os executivos estaduais dissolveram suas assembleias e os tribunais judiciários. Floriano, buscou apoio político nas oligarquias estaduais, na jovem oficialidade e na capital federal, onde aplicou medidas populares como o combate à especulação dos aluguéis das casas populares e a baixa dos preços de alguns produtos, como a carne. (NEVES, 2008, p.36).

O governo de Floriano Peixoto, enfrentou a Revolta Federalista no Sul e a Revolta da Armada que abalou a própria capital. Apesar do abalo diante das revoltas, Floriano contou com o apoio das oligarquias paulistas e se manteve no poder até o final do mandato. Floriano Peixoto teve como sucessor Prudente de Moraes, “líder republicano paulista e expressão dos valores liberais-oligárquicos. A ‘República da Espada’ se transformava em condomínio dos fazendeiros”. (NAPOLITANO, 2016, p. 26).

O governo de Prudente de Moraes (1894-1898) enfrentou uma conspiração “jacobina” apoiada pelo próprio vice, Manoel Vitorino, e alguns setores militares. Em 1897, Moraes sofreu um atentado cometido por um soldado, mas acabou ileso. A partir de então, governou o Brasil sob estado de sítio e consolidou o poder das elites civis, intervindo na Escola Militar e Fechando o clube militar até 1901, instituições que eram as bases dos positivistas e “florianistas” que ainda apostavam na volta triunfal do “Marechal de Ferro”. (NAPOLITANO, 2016, p. 27).

O governo Prudente de Moraes, foi marcado por manifestações nas ruas da capital, por parte dos jacobinos que contavam com o apoio do seu vice, Manoel Vitorino, que estava à frente de um golpe para derrubá-lo. Prudente de Moraes realizou demissões de servidores públicos em massa, dissolveu os batalhões patrióticos exoneraram vários oficiais que ocupavam cargos civis. Em 1895, Prudente negociou a paz com os revoltosos do Sul, mesmo garantindo a supremacia de Júlio de Castilhos. Prudente de Moraes tentou lidar com a crise econômica ocasionada por Deodoro da Fonseca, e começou a negociar empréstimos com bancos ingleses, medida essa que teve continuidade no governo de Campos Sales.

Campos Sales buscou amenizar a crise econômica (inflação e dívida externa) através de aumento de taxas de câmbio e empréstimos tomados aos ingleses, *funding loan*. Em troca o governo cedeu aos bancos ingleses, como garantia as rendas alfandegárias do porto do Rio de Janeiro. O governo ajudou os bancos em crise, voltou a ser o único emissor de moedas, reequilibrou as finanças públicas. O capitalismo mundial se reerguia da crise (1875/1895) e os mercados voltaram a se aquecer e a burguesia dos países centrais do sistema voltava a buscar novos mercados para investir dentre eles o Brasil.

De acordo com marcos Napolitano (2016), o governo Campo Sales, ficou caracterizado pela busca por pacificar as disputas de poder entre as oligarquias estaduais e garantir sustentação ao governo federal através da chamada “política dos estados”, também conhecida como Política dos Governadores. Essa prática implicava o apoio automático do governo federal aos grupos que estivessem no governo dos estados, não importando de qual facção fossem desde que os governadores por sua vez garantissem seu apoio no Congresso Nacional para iniciativas do governo federal. O Brasil deveria ser governado a partir dos Estados onde dominam e se digladiam as oligarquias

regionais, onde predomina a relação pessoal e a política do favor, onde se perpetuam as práticas coronelísticas. “É dos estados que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam agitadas, nas ruas da Capital da União” (NEVES, 2000, p.38).

Na base do sistema estava a figura do coronel, dono da vontade dos eleitores e senhor dos currais eleitorais. Seu poder pessoal substituiu e representava o Estado distribuindo favores, que seria direito do cidadão, ao seu bel-prazer. As eleições eram um ritual vazio, a participação eleitoral era mínima e a fraude a norma eleitoral. Propaganda A rede de compromissos, tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegar até a definição de quem presidiria o governo federal.” (NEVES, 2000, p.38).

Ou seja, o governo federal apoiaria os governadores que estavam alinhados com os interesses das oligarquias, com isso o governo federal teria apoio dos governadores para qualquer projeto que ela poderia trazer para o Brasil.

A “política dos estados” de Campos Sales tratou-se de uma expressão atribuída por ele mesmo a uma nova forma de o Executivo Federal relacionar-se com os estados-atores. Segundo avaliação própria do regime republicano, Campos Sales achava que as instabilidades da República tinham por fundamento as dificuldades de relação existentes entre o Executivo e o Legislativo Federais e as lutas partidárias que dividiam o Parlamento. O contexto a que ele se referia era o dos primeiros anos do regime, assolados, principalmente, por uma conjuntura de crise, provocada pela cisão do Partido Republicano Federal (PRF), que dividiu o Congresso entre republicanos e concentrados. (VISCARDI, 2012, p. 35).

Com base no peculiar federalismo da primeira República, era possível fazer funcionar a chamada política dos estados, que garantia ao governo federal o apoio necessário (traduzido sobretudo no fornecimento de uma base eleitoral) (NEVES, 2008, p 39). Esse apoio entre as oligarquias, pacificou em parte as tensões políticas, mas institucionalizou a fraude eleitoral sem sutileza.

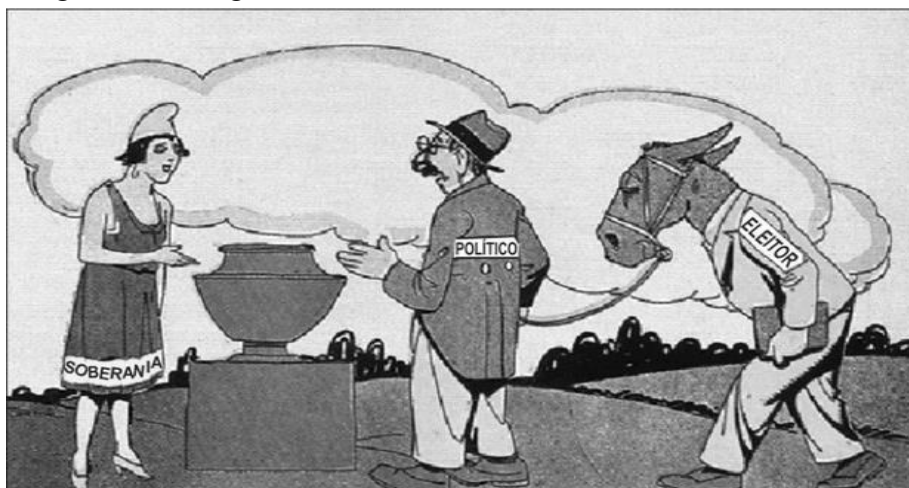
Para tanto, a pedra de toque foi conseguir aprovar uma mudança no regimento interno da Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara era responsável por nomear a Comissão de Verificação dos Poderes, se dava o embate final de validação de quem realmente ocuparia uma cadeira no Legislativo federal. Até então, fazia-se presidente o deputado mais idoso entre os eleitos. Com a mudança proposta por Campos Sales, o presidente da Câmara passou a ser o mesmo da legislatura anterior, o que permitiria, a princípio, congelar o poder das oligarquias estaduais como estavam configuradas no momento das eleições. (MATTOS, p.104).

A Comissão de Verificação dos Poderes tornou-se mais uma forma de facilitar fraudes nas eleições. Por meio dessa Comissão um político que não fizesse parte do grupo do poder, poderia não assumir o mandato mesmo se eleito através dos votos, essa prática ficou conhecida como “degola política”.

Os mecanismos de fraude eleitoral eram muitos: “voto de cabresto” - por meio do voto aberto, sob a vigilância dos chefes políticos locais e seus “jagunços” os eleitores eram obrigados a votarem em determinados candidatos. A fraude por meio dos votos, também se dava através de pessoas votarem usando documento/nome de pessoas que já estavam mortas mesmo sendo do conhecimento da mesa eleitoral que não impedia por medo dos “jagunços” armados. A adulteração das “atas eleitorais” também era uma forma de fraudar os resultados das urnas nos municípios. Pode-se perceber como as

oligarquias dominaram a política brasileira a partir dessas regras criadas por Campos Sales, que fez com que ocorresse uma maior tensão eleitoral nos municípios principalmente por causa das facções oligárquicas, que forçavam o eleitor a votar no candidato que elas queriam que vencesse as eleições, resultando muitas vezes em uso de violência entre as diferentes oligarquias.

Imagem 03: Charge “Voto de Cabresto”



Storni. *Careta*, 19/02/1927. Apud: Renato Lemos (org.).
Uma história do Brasil através da caricatura. 1840-2006.
 Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006, p.35. Adaptado.

Fonte:

Disponível em: <https://historiativanet.wordpress.com/2012/10/31/o-voto-de-cabresto-um-capitulo-sombrio-da-historia-da-cidadania-brasileira/>. Acesso em: 06/06/2022.

Outra forma de fraude se dava com base na adulteração das atas eleitorais que consolidavam o resultado das urnas nos municípios pelo meio da degola política. Como não havia justiça eleitoral, a confirmação dos resultados era feita pelo Congresso Nacional, através da Comissão de Verificação de Poderes. (NAPOLITANO, p. 29).

O resultado desse sistema político era que vários grupos políticos oligárquicos em disputa se utilizavam de fraude eleitoral generalizada para chegar ou manter o poder nos estados e municípios, criando um clima de tensão política constante, que não era raro terminava em escaramuças violentas entre facções oligárquicas. Em muitas unidades de federação acabava acontecendo um certo rodízio de lideranças oligárquicas, exigindo novas acomodações com o poder federal. Mas, via de regra, os estados da Federação acabaram virando “Feudos eleitorais” de determinados grupos políticos originários das oligarquias. (NAPOLITANO, 2016, p. 29).

Rodrigues Alves, deu prosseguimento à Política dos Estados estabelecida pelo seu antecessor Campos Sales e defendia que a capital deveria ser um cartão postal à altura da “civilização” europeia. Nesse sentido, aliada aos higienistas e com o discurso de vencer as epidemias comuns na cidade, como febre amarela, varíola, lepra, tuberculose, cólera, etc. a palavra de ordem tornou-se higienização das ruas e das pessoas. Para atingir seu objetivo buscou disciplinar os espaços e as pessoas, sobretudo os pobres que eram considerados pelas elites e autoridades como culpados pelas doenças e pela sua pobreza e ignorância. (NAPOLITANO, 2016, p.32).

A modernidade, enquanto um projeto civilizatório, se efetivava através de práticas e idéias modernizantes autoritárias. A modernização era difundida como um valor que precisava ser vivido pelas cidades do mundo. Não importa qual era a “necessidade” de todos, o que era tido como necessário, no final do século XIX, era viabilizar caminhos para a modernização chegar. Daí o conceito de civilização se tratar de uma noção importante para discutir o panorama das cidades do final do século XIX. (ARAÚJO, 2001, p. 64).

Dentro dessa perspectiva o prefeito Pereira Passos (1904/1905) realizou uma grande reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Regeneração. A expressão regeneração era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. Todos os olhares se voltavam para as ruas. São olhos para o nivelamento, alinhamento, largura, comprimento, calçamento, canalizações, arborização, sujeira, presença de animais, de pessoas, etc. “De uma hora para outra, a antiga cidade (do Rio de Janeiro) desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (SEVCENKO,).

A reforma modernizante da capital conhecida como Regeneração ou “bota-abaixo” consistia na remodelação urbana. Abertura de novas ruas e avenidas, demolição de dezenas de imóveis antigos onde geralmente moravam os pobres, Cortiços (moradas coletivas). E teve como símbolo a construção da avenida Central à semelhança dos bulevares parisiense.

A expulsão da população pobre do centro da cidade somou-se à imposição da vacina contra varíola. Não havia cuidado com esclarecimento das populações mais pobres que eram o objetivo dos higienistas. A violação dos lares pelas autoridades, a exposição dos corpos aos agentes de saúde e a ignorância popular sobre os efeitos da vacina, ampliaram as tensões populares e culminou com a Revolta da Vacina de 1904. (mais de 20 mortos e 100 feridos). (NAPOLITANO, 2016, p.32/33).

Ruas reformadas, erradicação da varíola e da febre amarela, ainda assim, as ruas da capital, foram palcos de agitações como as movimentações operárias e a Revolta da Vacina em 1904.

Afonso Pena (1906/1909) e Nilo Peçanha (1909 -1910) O governo de Afonso Pena, defendia certo grau de intervenção do estado na economia e apoiou a política de valorização artificial do café, através do Convênio de Taubaté (1906/1908). “Este acordo estabelecia a compra de sacas de café pelo governo federal para formação de estoques reguladores, além da desvalorização controlada da moeda nacional para incentivar a exportação do café”. Garantindo moeda estrangeira forte e assegurar o alto rendimento das elites cafeicultoras. Afonso Pena morreu antes do fim do seu mandato e assumiu seu vice Nilo Peçanha (1909/1910). (NAPOLITANO, 2016, p. 33).

Foram governos marcados por crises nos estados, com conflitos armados e duplicidade de assembleias na Bahia, em Goiás, no Amazonas e no Rio de Janeiro. As guerras civis coronelísticas e a existência de poderes legislativos concorrentes nos estados se repetiam em todos os demais mandatos. (MATTOS, p. 107).

Hermes da Fonseca, era sobrinho-neto de Deodoro. Sua campanha foi marcada por comícios em praça pública buscando os votos urbanos e também buscou

articulações com as oligarquias rurais. Hermes da Fonseca, questionava as bases da chamada política dos Governadores e se dizia defender o fim das fraudes eleitoras com uma campanha cujo lema era uma vassoura para varrer a corrupção. Ao tornar-se presidente (1910/1914), ele criou um plano chamado de “Política das Salvações”. “Por trás dos discursos da salvação não havia nenhuma mudança social e econômica. Em muitos estados um grupo oligárquico acabou substituído por outro da mesma origem social, de oposição, trazendo de volta a instabilidade política”. (NAPOLITANO, 2016, p.35). O período foi marcado por conflitos: Revolta da Chibata (novembro 1910) e Revolta do Contestado (Paraná e Santa Catarina (1912/1916). “O presidente vendo-se enredado em uma situação explosiva, logo recuou. Voltou para uma política conservadora e convencional. A política de valorização do café e desvalorização cambial saiu do controle entre 1913 e 1914” (NAPOLITANO, 2016, p. p.35/36).

O governo de Venceslau Brás (1914/1918) coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, com a gripe Espanhola (vírus influenza tipo A que matou cerca de 300 mil pessoas), a Revolução Russa de 1917. Internamente a política brasileira via nascer novos atores sociais - as camadas urbanas, classes médias e o crescimento da classe operária e suas organizações sindicais. Foi um governo marcado por grandes greves operárias.

Rodrigues Alves foi eleito presidente, mas morreu da gripe espanhola e Delfim Moreira seu vice, assumiu como presidente em exercício até julho de 1919.

Pela primeira vez durante a Primeira República o nome de consenso oligárquico foi do Paraibano Epitácio Pessoa (1919/1922), que já no seu programa apresentava preocupações com os problemas regionais principalmente com o Nordeste. Epitácio também fez um governo intervencionista a favor dos cafeicultores e criou o Instituto de Defesa Permanente do Café. Defensor do civismo republicano, Epitácio nomeou civis para ministérios militares, desagradando a alta oficialidade militar.

Temendo um levante militar, o presidente Epitácio Pessoa transferiu oficiais, fechou o Clube Militar e prendeu o ex-presidente Hermes da Fonseca em julho de 1922. Assim, antes mesmo de se iniciar a presidência de Bernardes, as iniciativas do governo pareciam confirmar as piores suspeitas dos militares de que o Exército brasileiro poderia vir a ser extinto. A reação foi imediata com o início de um movimento que ficaria conhecido como “tenentismo”. 5 de Julho de 1922, dias antes da posse de Bernardes, algumas guarnições do Rio de Janeiro se sublevaram contra a prisão de Hermes e contra o fechamento do Clube Militar. Apesar de muita agitação inicial, um outro tiroteio entre militares rebeldes e legalistas, apenas 17 soldados que estavam no Forte de Copacabana resolveram efetivamente partir para luta aberta contra as forças governistas, dispostos a chegar ao Palácio do Catete (sede do governo) ou morrer tentando. Em sua marcha pela Avenida Atlântica. Ganhou o apoio de um civil. Os “18 do Forte” como seriam chamados posteriormente, foram sendo abatidos a tiros ou presos um a um. O levante foi facilmente derrotado, mas se consagrou na memória dos militares como marco zero do tenentismo. (NAPOLITANO, 2016, p. 74).

O modelo oligárquico dessa Primeira República começou a entrar em crise no período de governo de Epitácio Pessoa, nesse período que começariam as revoltas tenentistas e as manifestações operárias dos anos 1920. Para desestabilizar o operariado, o governo criou a chamada “Lei de Repressão ao Anarquismo”, porém, ao invés de enfraquecer o movimento foi criado o PCB (Partido Comunista Brasileiro), em 1922. Nesse mesmo ano, o governo instituiu um decreto onde proibia as atividades do PCB e o colocava na ilegalidade.

Em 1922 ocorreu outro movimento que também contribuiu para crise dos anos 1920. “Em fevereiro, um grupo de escritores, artistas e intelectuais se reuniram para a realização da Semana de Arte Moderna. Esse evento foi marcado pela discussão da identidade nacional e a inserção do Brasil na modernidade, duas questões que faziam um claro contraponto ao conservadorismo e o exclusivismo que marcavam o cenário político da época”. (disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/governo-epitacio-pessoa.htm>. Acesso: 14/06/2022).

Artur Bernardes tomou posse sob estado de sítio, o que suspendia as garantias constitucionais para os cidadãos, que seria mantido até novembro de 1923. Os jovens tenentes eram oficiais rebeldes e defendiam o Exército como “Salvador da Pátria”, mas não tinham apoio de boa parte dos coronéis e generais, que preferiam manter-se aliados ao governo para não perderem seus cargos. Os tenentes até simpatizavam com algumas reivindicações dos operários, mas não queriam incorporar a luta operária as suas lutas. Os tenentes pretendiam fazer uma “revolução” de militares patrióticos e não de trabalhadores, que na concepção deles os operários poderiam reverter a ordem social e a união nacional com ideias anarquistas e socialistas. “Qual era o projeto ideológico dos jovens militares rebeldes? O que realmente queria?” (NAPOLITANO, 2016, p.83).

O restante do mandato de Artur Bernardes, foi concluído sob estado de sítio, junho de 1924 e dezembro de 1926. A repressão política ganhou novo aliado com a criação do Dops, mais de dez mil processos foram instaurados, colônias penais foram criadas na Amazonia, a vigilância sobre a classe operária aumentou. (NAPOLITANO, 2016, p.83).

Para sucessão de Artur Bernardes, foi sugerido Washington Luís que governou o país entre 1926 e 1930. E indicou para seu sucessor Júlio Prestes, que teve como candidato de oposição Getúlio Vargas e como vice João Pessoa candidatos pela Aliança Liberal. Os aliancistas realizaram uma campanha inovadora. “Os temas do trabalho, da moralidade eleitoral, do desenvolvimento econômico com base na indústria e da educação deram os tons dos comícios”, (NAPOLITANO, 2016, p.83).

Júlio Prestes venceu a eleição, porém não assumiu a presidência. Com o assassinato de João Pessoa, deu impulso à conspiração contra o regime. E embora o assassinato de João Pessoa não tenha relação direta com as eleições e sim com divergências políticas e pessoal membros da Aliança Liberal, iniciaram um levante armado contra o presidente. O movimento armado, ficou conhecido como Revolução de 1930, iniciou-se em 3 de outubro, e, no dia 24 do mesmo mês, uma junta militar depôs o presidente Washington Luís Em 3 de novembro, Vargas foi convidado para assumir o governo do Brasil e, em caráter provisório da nova República.

3- AS OLIGARQUIAS PARAIBANAS E A PRIMEIRA REPÚBLICA

A Proclamação da República na Paraíba, dividiu opiniões: para alguns estudiosos as informações sobre o 15 de novembro de 1889, pegou de surpresa os paraibanos. (MELLO, 1982). No entanto, segundo Oliveira, não se pode negar a divulgação dos acontecimentos e ideias republicanas em jornais em circulação na Paraíba.

Basta ver, por exemplo, o jornal Verdade que é declaradamente abolicionista, logo, não defende a monarquia o que sugere uma aproximação com ideias

republicanas. Nesse sentido, podemos perceber que os leitores paraibanos estavam cientes dos fatos e acontecimentos em curso. Contudo, os jornais de circulação na região, o *Gazeta do Sertão* e o *Jornal Verdade*, traziam informações com relação ao campo político e necessariamente sobre a efervescência da crescente onda Republicana Brasil afora. O que nos leva ao entendimento de que a Paraíba estava acompanhando a política nacional, portanto, estava de sobreaviso do processo em curso. (2016, p. 972).

Ou seja, embora na Paraíba não tivesse um partido Republicano, os paraibanos não estavam alheios ao que estava sendo discutido na capital do Império. As informações chegavam a Paraíba através de jornais como também por meio daqueles que moravam ou visitavam o Rio de Janeiro e traziam as informações para as rodas de debate dos paraibanos.

Segundo Marques (2021, p. 01) no dia 16 de novembro chegou à Paraíba a notícia oficial da Proclamação da República. “O proprietário do jornal conservador e anti-republicano, Eugênio Toscano, aderiu imediatamente, ao novo regime, convocou um grupo de políticos, militares e civis e organizou uma junta governativa, que durou dois dias”.

Por ordem do Ministro da Guerra Benjamim Constant, o capitão João Claudino de Oliveira Cruz assumiu o governo da Paraíba onde permaneceu até 6 de dezembro quando chegou de Catolé do Rocha para investir-se no cargo o Doutor Venâncio Neiva que politicamente harmonizou a família paraibana desavinda de dois partidos desde o império da Paraíba. (MARQUES, 2021, p. 01).

A Primeira República na Paraíba, como nos indica Gurjão (1999, p.4), favoreceu ao desenvolvimento do mandonismo local exercido pela elite agrária que fortaleceu sua dominação e seu poder usando do título de “Coronel”, exercia seu poder político e militar ao comandar uma determinada região na qual ele vivia. Nesse sentido,

Expressava o poder de mando, de guarda, de força política e econômica, e de dominação da terra e de quem dela sobrevive e vive. Fortalece, portanto, no plano da sociabilidade os laços de compadrio que cancelam o poder econômico instituído. No plano político evidenciamos a parentela que se tornará, na máquina estatal em formação, um recurso de manutenção do status político de perpetuação do poder e da formação da tradição política de revezamento familiar no domínio da “coisa pública”. A República vem com a ideia de poder do povo, e no caso brasileiro, na Primeira República (1889-1930), evidenciaremos, sobremaneira, a apropriação da autocracia agrária dessa instância de poder. (OLIVEIRA, 2016, p. 972).

Na Paraíba, prevaleceu por bastante tempo o poder de mando do coronel, no qual os coronéis comandavam como ocorreriam as eleições em vários municípios. Para compreender como funcionava o coronelismo neste Estado, devemos lembrar que no coronelismo era muito comum alguém da família do próprio coronel entrar no cenário político com ajuda do próprio coronel, mas aqui na Paraíba ocorria de uma forma diferente, onde coronel poderia apoiar alguém ele possuía alguma amizade a entrar na política. Então, isso era chamado de acordo conforme afirma Oliveira (2014) de “grupo de base familiar”. A partir disso faria com que a oligarquia se estabelecesse naquela determinada região. Onde ele possuía no nome do chefe da família.

Como se pode perceber, esse discurso enfatiza que membros dos grupos de base familiar, que envolviam tanto parentes como amigos, organizavam o eleitorado para o fornecimento dos votos, defendiam os interesses do partido

no seu município e ocupavam cargos políticos, sendo, também, nomeados para cargos públicos. (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Para garantir sua permanência no governo os coronéis firmavam alianças entre as oligarquias formando um curral eleitoral, o que garantia sua continuidade no governo e sua força política. Quanto maiores às alianças, maior o poder dos coronéis diante do Governo do estado e do Governo Federal.

As parentelas disputavam entre si o controle da política dos municípios, destacando-se periodicamente uma delas que monopolizava o poder de empreguismo e os cargos burocráticos. Alguns exemplos da Paraíba, no período que ora tratamos [1889-1945] eram: os Dantas de Teixeira; os Suassuna de Catolé do Rocha; os Cunha Lima de Areia; os Pessoa de Umbuzeiro; os Sátiros de Patos entre outros. As lutas entre famílias foram uma constante na Paraíba durante a Primeira República. A corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre oligarquias situacionistas e opositoristas nos municípios. Era muito comum “coronéis” mandarem seus “cabras” emboscar e agredir elementos adversários, quando não se articulavam com bando de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”. Até o espaço urbano era dividido entre facções oligárquicas. Em Campina Grande a localização da feira mudava sempre que um dos grupos perdia a eleição, um dos cinemas era frequentado pelos “Alvaristas” e outro pelos “Epitacistas”. Assim como vários setores e serviços, as pessoas também eram rotuladas como pertencente a uma ou outra facção; daí serem identificadas como ‘gente do coronelfulano’. A situação ideal era ser governista, o que dava carta branca à parentela no poder do município, permitindo-lhe manobrar o aparelho administrativo-burocrático, militar, a justiça e a autoridade eclesiástica. (GURJÃO, 2000, p. 90/91).

O controle do poder municipal era considerado básico para os grupos que desejavam controlar o município e o Estado. E para isso usavam diversas estratégias a exemplo da troca de favores, política assistencialista, fraudes nas eleições e ameaças através dos chamados “cabrarias” que acompanhavam o processo do voto para garantir que o eleitor votasse no candidato do seu patrão ou no próprio patrão o que ficou conhecido como do “voto de cabresto”.

Assim, aqueles que estivessem fora do poder no período era submetido as vontades de quem estivesse na situação, daí as lutas acirradas para ficarem no poder. Uma vez no poder podiam distribuir cargos públicos e outros favores, muitos deles atrelados ao próprio Presidente da República. Obedecendo assim, a chamada “política dos governadores”. Dentre esses privilégios disputados pelas oligarquias Eliete Gurjão (2000) cita a condição de contratantes na construção de escolas, estradas, açudes e demais obras contra a seca, para as quais recebiam verbas fartas, dessas verbas, os coronéis e seus correligionários recebiam comissões e ainda distribuía favores aos amigos distribuidores de matérias e aumentavam sua clientela distribuindo empregos, e em muitos casos os trabalhadores eram explorados seja com baixos salários, ou muitas vezes nem recebiam o dinheiro, se viam obrigados a usarem vales salários, que trocavam por mercadorias nos “barracões” dos coronéis. Com isso, os “coronéis” tornavam-se mais ricos e poderosos.

As oligarquias estabeleciam as regras de como funcionaria a política na Paraíba, durante a Primeira República. A partir disso os grupos familiares criavam um alicerce para que as oligarquias se perpetuassem por muitos anos na Paraíba. Para Oliveira (2014) as oligarquias que governaram o Estado, foram: o venancismo (Venancio Neiva), o alvarismo (Alvaro Machado), epitacismo (Epitácio Pessoa).

Após a Proclamação da República no dia 18, Gama Rosa, foi substituído por uma junta governativa presidida pelo tenente-coronel Honorato Ferreira Caldas, os Capitães João Claudino de Oliveira Cruz e Manoel de Alcântara Coutinho, o tenente Arthur José dos Reis Lisboa e os civis Antonio da Cruz Cordeiro Sênior, Manoel Carlos Gouveia, Tomaz Mindelo, Eugênio Toscano de Brito e o Barão do Abiahy, líder do Partido Conservador defensor do regime monárquico. (CITTADINO, 164).

Em virtude de desentendimento entre seus membros a junta governativa teve vida curta. Ainda em 1889 assumia o governo Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, tornando-se o primeiro presidente republicano do estado da Paraíba.

Para muitos, Venâncio Neiva era simpatizante da monarquia e foi indicado ao cargo por indicação dos irmãos que detinham prestígio junto ao presidente Deodoro da Fonseca. Com a chegada da República, aliou-se aos republicanos. Prática comum em todo Brasil.

Ele ficou no cargo no período entre 1889 e 1891. Ao deixar o governo afastou-se da política até 1918, quando foi eleito senador, ficando no cargo até 1930. Ou seja, à Oligarquia Venancista foi à primeira família oligárquica que assumiu o poder político da Paraíba na Primeira República, mesmo tendo ficado como governador apenas dois anos.

Elite Gurjão (1999), afirma que Venâncio Neiva utilizou-se da máquina do Estado para empregar seus familiares e amigos, o que souo ameaçador para seus adversários e assim, conquistou antipatia política. Governou com o auxílio de Epiácio Pessoa que foi indicado como secretário-geral de governo. Em 1890, contudo, o futuro presidente da República ocupou uma cadeira na Assembleia Geral Constituinte, pela indicação de Venâncio o que o levou a ser o deputado da Paraíba mais bem votado. Em sua administração, de acordo com Mello (1982), “organizou a política Estadual como que em regime de partido único, a que tiveram acesso todos quantos se dispunham a servir à República.” Competia ao Governador dirigir o processo de constitucionalização, e sendo assim, Venâncio Neiva o fez, ortogando e promulgando a Constituição paraibana em 1891 e ao mesmo passo convocou eleições para o Congresso Constituinte. Nesse ínterim foi eleito o Governo provisório, como Governador constitucional que o que “não terá sido motivo de surpresa para ninguém”, haja vista que, nos preceitos Republicanos indicou-se a aclamação do “povo” ao nome do Governador, caso não existisse poderia o Presidente do país indicar, o que foi feito na Paraíba, contudo, o processo de constitucionalização abriu a possibilidade de chancela por vias “mais legais” o que o Governador Venâncio Neiva aproveitou para se resguardar. No período em que permaneceu no governo conseguiu estruturar a oligarquia venancista que viria a compor a cena política da história da Paraíba na Primeira República. (OLIVEIRA, 2016, p.974).

Venâncio Neiva também organizou o Poder Judiciário e garantiu a organização administrativa do estado dividindo em municípios, cujo poder executivo seria exercido por um prefeito. Com o apoio de Epiácio Pessoa, Venâncio Neiva, foi ganhado notoriedade e importância na política paraibana.

Figura 04: Presidente do Estado da Paraíba Venâncio Neiva



Fonte: Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/venancio-neiva/>. Acesso, 10 de maio 2022.

Em dezembro de 1891, com a deposição de Deodoro da Fonseca e sua substituição por Floriano Peixoto na Presidência da República, ocorre a queda de Venâncio Neiva e dos grupos oligárquicos a ele vinculado. Assumiu o poder uma junta governista constituída pelo coronel Cláudio Savaget e pelos civis Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho, que declarou sem efeito a Constituição Estadual promulgada naquele ano, dissolveu o Congresso Constituinte, convocando eleições para uma nova Assembléia e revogou as medidas relativas à organização do poder judiciário, promoveram a deposição de prefeitos municipais ligados ao venancismo. (CITTADINO, 166).

No dia 1º de janeiro de 1892, finalmente, com o apoio do governo central, a Junta liderada pelo coronel Savaget depôs o governador em exercício, desembargador Manoel da Fonseca Xavier de Andrade. Esta Junta governou a Paraíba até o dia 18 de fevereiro daquele ano, quando foi empossado o engenheiro militar paraibano Dr. Álvaro Lopes Machado, que fora nomeado pelo Presidente Floriano Peixoto. (Disponível em: A Paraíba e a Proclamação da República. GUIMARAES Luiz Hugo. https://www.ihgp.net/luizhugo/a_pbeaproc_rep.htm)

Logo após a família Venancista sair do poder oligárquico, isso fez com abrisse espaço para outra família esta no poder que foi a família Alvarista. Família oligárquica

que mais tempo permaneceu no poder na Paraíba da Primeira República ficando ao total de vinte anos. O líder desta oligarquia era chamado de Álvaro Machado, segundo Oliveira ele sofria uma forte oposição do Partido Autonomista que era comandado pelos Venancistas, que queriam retomar o poder. Em relação ao governo Alvarista, Dias (2008) destaca que,

O governo de Álvaro Machado, com seus cinco presidentes, tornou-se uma referência para compreender politicamente a Paraíba, no período entre 1891 e 1930. O novo congresso Estadual foi composto por membros do PRP que, em 1893 conseguiu, por alteração legislativa, que todos os prefeitos fossem seus aliados políticos. Com isso, a oligarquia alvarista tornava mais rígida a oposição aos adversários. A força dessa oposição política pôde ser constatada em 1894, quando foram eleitos cinco deputados para a Câmara Federal e um senador da oligarquia em mando. (DIAS, 2008, p. 66-67).

Podemos perceber como o governo de Álvaro Machado se tornou uma das grandes referências políticas durante alguns anos da Primeira República. “Com certeza, a sua permanência no poder era possível graças a força dos coronéis que lhe dava sustentação no Estado, e as alianças com os Presidentes da República dentro da chamada Política dos Estados”.

A hegemonia alvarista, além do respaldo político do poder central nacional, dispunha do amparo legal da Constituição Estadual de 1892, fruto de uma assembleia constituinte formada, em sua totalidade, por partidários do governo Álvaro Machado. A personificação e a centralização do presidente da Paraíba chegaram a um ponto que permitia ao executivo interferir no Legislativo e no Judiciário. A consequência dessa intervenção resultava sempre em benefício para a oligarquia que estava no poder. (DIAS, 2008, p. 67).

Nesse sentido, a Paraíba se mostrava comungar dos ideários nacionais quanto ao fortalecimento das oligarquias locais, onde chefes maiores e menores, diferenciados pelo poder econômico, compuseram e disputaram entre si e para si o poder. “O governo estadual garante, para baixo, o poder dos coronéis sobre os seus dependentes rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento desde e do seu domínio no Estado” (CARVALHO, 1997, p. 230).

Por decreto Álvaro Machado buscou montar uma base político-partidária que lhe desse sustentação, criou o Partido Republicano da Paraíba (PRP) e passou a desenvolver uma carreira de projeção nacional. Álvaro Machado foi eleito para um mandato de 4 anos (1892/1896), substituiu a estrutura constitucional da Paraíba, dissolveu o Legislativo estadual e o Superior Tribunal de Justiça do Estado. Reordenou e organizou a Constituição Estadual de 30 de Julho de 1892 e sua organização subjacente. Também conquistou todos os governos municipais. (SANTOS NETO, 195/6).

O nepotismo político do domínio Alvarista, pode ser percebido ao observarmos que em 3 dos 5 quadriênios do domínio alvarista, o governo ficou nas mãos de membros da própria família (Álvaro Machado, Walfredo Leal e João Machado, irmão de Álvaro). A exceção foram os governos de Gama e Melo e de José Peregrino de Araújo. Dessa forma a oligarquia Alvarista dominou a política estadual ao longo de 20 anos: 1892/1912] (SANTOS NETO, 194/5).

Imagem 05: Álvaro Lopes Machado, representante da oligarquia Alvarista 1908 - 1912.



Fonte: Disponível em: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/alvaro-lobes-machado/>. Acesso em 15/05/2022.

Como foi retratado anteriormente, existia uma disputa entre as oligarquias para governar a Paraíba, nessa disputa surgiu outra oligarquia para ocupar o governo deixado pela oligarquia alvarista, que seria a oligarquia de Epitácio Pessoa. De acordo com Oliveira antes de Epitácio conseguir comandar a política da Paraíba, ele estava exercendo o cargo como Senador, além dele ser chefe do PRCP (Partido Republicano Conservador Paraibano), no ano de 1913. Na dissertação de Oliveira ela cita a autora Lewin, onde essa autora fala que os problemas de saúde Álvaro, fez com que Epitácio entrasse em uma disputa com Valfredo e João Machado para poder ocupar a oligarquia da Paraíba. Então, Epitácio segundo Oliveira ele resolve eliminar seus concorrentes para comandar a oligarquia na região da Paraíba.

Após o fim da oligarquia Alvarista, começaria o governo da Oligarquia Epitacista. Em relação ao seu governo, Oliveira retrata três períodos que são: “O auge da oligarquia Epitacista coincidiu com o governo de Solon Barbosa de Lucena (1920-1924) e seu declínio com o governo de Joao Suassuna (1924-1928) tendo o seu fim com o governo de Joao Pessoa (1928-1930)”. (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

O ápice da oligarquia Epitacista ocorreu na administração de Sólón de Lucena que calhou com o período do próprio Epitácio está na presidência da República. Foi uma época que teve um maior fortalecimento do coronelismo na Paraíba além de consolidar as oligarquias na Paraíba.

As eleições na Paraíba seguiram os ditames característicos do coronelismo: a compra e venda de votos, voto de cabresto, a corrupção e a violência, deu a todos os candidatos Epitacistas vitória absoluta, dessa forma garantiam-se no poder até 1930. As decisões políticas que foram adotadas na Paraíba, tinham o aval do chefe oligárquico Epitácio Pessoa, uma vez que nenhuma medida podia ser sancionada sem seu conhecimento e aprovação. (COSTA, 2007, p. 6).

Cabe ressaltar que no início do seu governo na presidência da República, ficou caracterizado por uma série de construções no estado que ajudaria no combate a seca na Paraíba, isso faria com que a Paraíba se desenvolvesse economicamente, mas a maioria dessas construções não foram concluídas, pois, o dinheiro que deveria ser destinado para terminar as obras foi desviado para aumentar ainda mais a fortuna dos “coronéis”. Assim desenvolveu-se a chamada indústria da seca na Paraíba, isso ocorria segundo Oliveira (2014) para fortalecer o relacionamento do estado com os chefes locais. Dessa forma, faria com que os coronéis ajudassem a manter sua oligarquia no poder, ou seja, realinhamento das oligarquias por meio do seu patrimônio.

Até 1930, todas as decisões da política da Paraíba foram ditadas por ele, mesmo distante, no Rio de Janeiro ou Europa. O chefe político que ousasse desafiar-lo sofreria represálias, como ocorreu com Camilo de Holanda, então presidente do Estado, após substituir funcionários que haviam sido indicados por Epitácio, por outros, sem autorização deste. Em carta, Epitácio chama-lhe atenção para seu dever de obediência absoluta ao Partido (encarnado nele) cuja autoridade é incontestável. (CARONE, apud GURJÃO, 2000, p. 102).

Epitácio Pessoa ao longo da Primeira República ganhava de grande prestígio ocupou cargos importantes, seja como representante da Paraíba ou mesmo do Governo Federal. No governo Venâncio Neiva ocupou cargo de Secretário Geral do Estado, depois foi deputado federal, ministro da Justiça e do Supremo Tribunal, procurador geral da República, embaixador do Brasil no Congresso de Paz de Versailles, juiz da Suprema Corte Internacional de Haia e presidente da República.

Figura 06: Epitácio Pessoa, líder da oligarquia Epitacista



Fonte: disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-epitacio-pessoa/>. Acesso 15 de maio de 2022.

Para melhor visualização das oligárquicas na Paraíba reproduziremos um quadro transcrito por Eliete Gurjão do trabalho **Política e Parentela na Paraíba** de Linda Lewin.

Quadro I – Coligações partidárias das principais parentelas na Paraíba (1889 – 1915)

1889-1892 Venancistas	
1892-190	
COLIGAÇÃO DOMINANTE	OPOSIÇÃO
Partido Republicano da Paraíba (Alvaristas/Valfredistas)	Partido Autonomia (Venancistas)
Machado/Milanez/Santos Leal	Neiva/Figueirêdo/Pessoa
Almeida	Lucena
Costa Ramos	Cavalcanti de Albuquerque
Sousa Campos	Lauritzen
Porto	Montenegro
Leite	Pereira
Nobrega	Cunha Lima
Sta. Cruz de Oliveira	Agripino Maia
Dantas Correia de Góis	Arruda Camara
Meira Henriques	Carvalho Nóbrega
Silva Matriz	Melo Cavalcanti
Lôbo Maia de Vasconcelos	Bezerra Cavalcanti
1908-1912	
COLIGAÇÃO DOMINANTE	OPOSIÇÃO
Partido Republicano Conservador da Paraíba (Alvaristas e Venancistas)	Partido Democrático (Dissidentes e velhos liberais inconformados)
Machado/Milanez/Santos Leal	Sousa Campos
Neiva/Figueirêdo/Pessoa	Porto
Almeida	Lôbo Maia de Vasconcelos
Leite	Sta. Cruz de Oliveira
Silva Mariz	Dantas Corrêia de Góis
Montenegro	Costa Villar

Bezerra Cavalcanti	Dantas Saldanha
Lucena	Queiroga
Nóbrega	Lima Mindêlo
Pereira	Lima Filho
Agripino Maia	
1912-1915 Transição do domínio Alvarista para o Epitacista	
1915	
COLIGAÇÃO DOMINANTE	OPOSIÇÃO
Partido Republicano Conservador Paraibano (Epitacistas)	Partido Republicano Conservador da Paraíba (Valfredistas)
Neiva/Figueirêdo/Pessoal/Lucena	Santos Leal/Machado/Milane
Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen	Almeida/Leite
Bezerra Cavalcanti	Silva Mariz
Suassuna	Dantas Corrêia de Góis
Agripino Maia	Nobrega/Carvalho
Queiroga	Sousa Campos
Pereira	
Cunha Lima	
Holanda/Soares	

FONTE: Linda Lewin, **Politics and Parentela in Paraíba-A Case Oligarchy in Brasil** in *Old Republic*, Columbia University, 1975, pp. 13435, Tradução de Joanildo Albuquerque Burity; Inês Camin Rodrigues, **Republica Velha e Oligarquias na Paraíba** in *Paraíba – O Patrimônio e Povo IV Centenário*, A UNIÃO, Ed. 1983, pp. 55/59.

No quadro acima é bem nítido a organização familiar e a formação das oligarquias paraibanas. Vale notar, que alguns dos sobrenomes citados continuam no cenário político contemporâneo. O que nos faz refletir sobre as permanências de certas práticas políticas do final do século XIX, semelhantes aos nossos dias bem como observar como os segmentos populares continuam ausentes do poder.

A partir do movimento Tenentista teve origem à coluna prestes, que entraram em conflito com os coronéis que começam associar a coluna prestes aos cangaceiros, com ajuda da polícia e dos seus jagunços começaram ir atrás da Coluna Prestes.

Vale destacar que os coronéis apoiavam o cangaço, por meio desse apoio eram entregues armas, alimentos e roupas, com isso cangaceiros ajudavam os coronéis nas disputas inter-oligarquicas. Um exemplo em relação a isso é o coronel Jose Pereira que apoiava o bando de Lampião. No entanto segundo Costa (2007) esse apoio poderia mudar a qualquer momento.

Durante o penúltimo governo epítacista – João Suassuna – a conjuntura econômico-financeira apresentava-se bastante desfavorável. Ao lado disto, as contradições acumuladas nos anos imediatamente anteriores (início da década de vinte) emergiram no recrudescimento do cangaço, no agravamento das disputas Inter oligárquicas e no fortalecimento das práticas coronelísticas. Assim, a fragilidade da estrutura econômica, submetida cada vez mais aos interesses externos, sobretudo, às injunções do capital internacional, aliada ao baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas foi acentuada nesta fase de retraimento do mercado externo. As oligarquias apegando-se cada vez mais às prerrogativas do poder disputavam tenazmente seu acesso aos cargos públicos como forma de incrementar suas práticas clientelísticas. Neste contexto se uniram mais ainda as oligarquias e o governo do estado para combater o cangaço e a Coluna Prestes, ambos temidos por colocar em risco a ordem oligárquica. O presidente Suassuna organizou os chamados “batalhões patrióticos”, constituídos de “coronéis” e jagunços para perseguir Lampião e os tenentes em marcha pelo interior da Paraíba, tratando-os indistintamente como cangaceiros. (GUERRA, apud GURJÃO, 2000, p. 103).

A Paraíba no final do governo João Suassuna, estava completamente em uma crise financeira, como diz Costa na sua monografia:

O governo de João Suassuna deixou a Paraíba numa situação difícil. Apesar do diploma de bacharel em direito, agia como um coronel interiorano, não tinha jeito para discursos, e no seu governo, a parte burocrática como documentos, arquivos, etc, não eram bem cuidados, o seu sucessor encontrou os cofres vazios e o estado em débito com funcionários públicos. (COSTA, 2007, p. 12).

O próximo presidente da Paraíba que iria lidar com uma Paraíba, passando por essa crise financeira foi João Pessoa. De acordo com Costa (2007), João Pessoa saiu do Rio de Janeiro para começar sua carreira política na Paraíba, a pedido do seu tio, Epitácio. Ao chegar à Paraíba ele faz um diagnóstico de como estava o Estado:

Logo que assumi o governo [...] verifiquei que tudo estava enfeudado as chefes políticas. O chefe político situacionista não se limitava as suas preocupações ou aos seus deveres partidários. Nos municípios sobretudo, com honrosas exceções, ele intervinha discricionariamente no mecanismo administrativo. Arrecadava e dispunha, como bem entendia, das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça, mas não se deixava justificar. (MELLO, 2003, p. 119 apud COSTA, 2007, p. 18).

À atuação de João Pessoa como Presidente do Estado da Paraíba, era tida como inovadora, e parecia contrariar as bases do esquema coronelístico-oligárquico. Nesse sentido “duas linhas de ação nortearam a administração de João Pessoa: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental e o estabelecimento do centro comercial do Estado na capital -esvaziando a dependência ao Recife ao mesmo tempo que promovendo a autonomia econômica da Paraíba no plano regional – e, favorecendo sua articulação direta com os mercados externos”. (GURJÃO, 2000, p. 109).

Como o governador João Pessoa demonstrava certo desdém em relação aos coronéis que predominava o cenário político, então ele de acordo com Costa (2007) tomou algumas medidas alfandegarias para tirar os coronéis do cenário político uma das primeiras medidas foi uma reforma econômica da região, para isso ele tira os coronéis da máquina fiscal que passa ser controlada pela secretaria da fazenda e a partir disso existia um novo imposto colocado com essa medida.

Durante o seu governo João Pessoa, além de prejudicar os coronéis com suas medidas, ele acabou prejudicando também parentes de sua família com questão dos impostos que eram cobrados a partir de uma das medidas alfandegarias, onde essa medida exigia que o indivíduo que os produtos que eram trazidos para Paraíba e chegassem na capital deveria pagar um valor tributário, a quantia era altíssima.

Os Pessoas de Queiroz, quando sentiram-se prejudicados pelas mudanças do paraibano, porque tais medidas, alfandegarias lhe dificultava a liberdade de ir e vir mercadorias do interior paraibano para os portos de Recife, desferem sobre o primo governante uma forte enxurrada de ofensas usando o Jornal do Comercio com objetivo de minar as forças de João Pessoa, e através de medidas legais, deitar por terra as medidas institucionais que enchiam os cofres do Estado, mas que diminuíram os ganhos do grande grupo dos irmãos Pessoa. (COSTA, 2007, p. 21).

Vale salientar que a reforma tributária colocada por João Pessoa no seu governo foi apoiada pela Igreja, que através do órgão oficial da arquidiocese demonstravam que era favorável às medidas imposta no seu governo. Em relação a esse apoio a historiadora Costa comenta o fato da igreja apoiar as medidas de João Pessoa: “Certamente esse apoio pela igreja através de seu jornal a reforma tributária feita por João Pessoa deu ao presidente certa popularidade, visto o poder da igreja sobre a população.” (COSTA, 2007, p. 23).

Logo após uma série de medidas que João Pessoa fez na Paraíba, prejudicou os coronéis, e no final da década de 20 ele tomou uma decisão que acabou impactando completamente seu governo. Em 1930, o presidente da República Washington Luís lançou a chapa Júlio Prestes como presidente e como vice Vital Soares. Após o lançamento da chapa, João Pessoa declarou após uma reunião do PRP, que não apoiaria a chapa oficial.

Na eleição para presidência que ocorreria no ano seguinte Washington Luís deveria indicar alguém de Minas Gerais para concorrer à presidência da República, mas em vez de Washington Luiz fazer isso, ele indica alguém de São Paulo que foi o Júlio Prestes. Em posição a essa candidatura surgiu a Aliança Liberal, que lançou a chapa Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa como vice.

Como havia explicado anteriormente João Pessoa, por ter tomado a atitude de negar a chapa para presidência posta, pelo presidente Washington Luís, ainda mais se colocar como candidato, acabou trazendo para ele algumas consequências, como trata Costa:

Com essa atitude, João Pessoa passou a sentir o peso da sua palavra, quando o governo federal passa a persegui-lo duramente, e ele já tinha uma lista memorável de inimigos no seu Estado, passa a estender essa lista por outras regiões do país. E converteu para ele algumas admirações e amizades políticas. Enfim saíra em definitivo para o foco nacional. João Pessoa visita a cidade de princesa, reduto do coronel Jose Pereira, onde é recebido em festa, para três dias depois receber um telegrama onde o coronel lhe tirava o apoio dado, indo ficar ao lado da situação. (COSTA, 2007, p. 24).

O fim do rompimento com José Pereira acabaria fazendo que ocorresse uma verdadeira guerra armada, que ficou chamada de Revolta de Princesa. Essa Revolta ocorreu no município de Princesa Isabel, onde havia uma grande quantidade pessoas armadas por José Pereira que pretendia enfrentar a polícia estadual, que inicialmente estavam no município para apenas garantir o pleito. Essa Revolta ocorreu logo após as eleições, onde ela demonstrava de um lado um coronel que queria a continuidade do

coronelismo na região e do outro lado, a polícia queria acabar com as forças rebeldes que eram contra ao presidente da Paraíba.

Em relação às eleições para a presidência Júlio Prestes acabou vencendo a disputa, mas segundo Costa o partido de João Pessoa conseguiu uma maior quantidade de votos na Paraíba. Derrotados Getúlio Vargas e João Pessoa, pareciam inconformados com o resultado, mas seguindo os exemplos anteriores onde os presidentes da situação eram os vitoriosos tudo parecia continuar como antes, até que um fato inesperado mudou os rumos do que seria a República a partir de então.

O assassinato de João Pessoa por João Dantas inimigo político de João Pessoa, tornou um fato de ordem pessoal um acontecimento histórico que levaria a mudanças nos resultados das eleições de 1930.

Por ser inimigo de João Dantas João Pessoa ordenou a invasão do seu escritório pela polícia, através dessa invasão foram achadas cartas que João Dantas trocava com a professora Anayde Beiriz e estas cartas foram expostas nos jornais locais, expondo a vida privada de João Dantas e Anayde Beiriz. Como estava morando no Recife, João Dantas ao saber da visita de João Pessoa aquele estado, dirigiu-se a confeitaria Glória onde se encontrava João Pessoa, e o matou. (AIRES, 2013).

Segundo José Luciano de Queiroz Aires (2013) explica que não há mais como confirmar documentalmente que João Pessoa foi mandante da invasão ao escritório de João Dantas, mas que é indiscutível o uso político do material que foi recolhido a partir daquela invasão. “A documentação sugere que [a invasão] foi feita pela polícia da Paraíba, inclusive o gabinete onde João Pessoa atendia era na mesma rua do apartamento que foi arrombado, mas não temos mais como comprovar a veracidade absoluta”. A verdade é que a morte de João Pessoa foi um tiro que saiu pela culatra entre os perrepista [membros do Partido Republicano, rival ao de João Pessoa]. João Dantas criou um herói, houve uma mitificação. Os próprios perrepistas caíram em desgraça depois disso, passaram a ser perseguido

Figura 07 : Assassinato do Presidente João Pessoa



Fonte: Jornal A UNIÃO. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-epitacio-pessoa/>. Acesso 15 de maio de 2022.

Para Aires, o crime não pode ser apontado como meramente passional, nem como apenas político. “Foi um crime de honra, como se dizia antigamente, para lavar a honra, foi por uma vingança em nome da honra. Havia uma sequência de problemas políticos, mas não foi um crime passional, foi um crime pessoal”. (AIRES, 2013).

A morte de João Pessoa mesmo tendo ocorrido por motivo pessoal, ela foi usada como um atentado político contra a Aliança Liberal e fez eclodir um movimento liderado por Vargas, para impedir a posse do presidente da República, Júlio Prestes. “A verdade é que João Dantas matou João Pessoa, mas, ao mesmo tempo, o transformou em um mártir, permitiu que se criasse um mito na figura do Governador da Paraíba na época. Esse fato histórico muda a História do Brasil. Ele germina o ‘getulismo’, não podemos subestimar como um crime passional, muito embora o estopim tenha sido”

Logo após a consumação da morte de João Pessoa, seu corpo peregrinou vários portos do país, gerando grande comoção popular que vai culminar no movimento de 1930, conhecido como “Revolução de 1930.

Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaias Noronha depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e construíram uma Junta provisória de Governo. Essa junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e das manifestações populares obrigaram-se a entregar o governo do país a Getúlio Vargas, empossado na Presidência da República em novembro de 1930. (FERREIRA, PINTO, 2006, p. 19).

Como sabemos desde os anos 1920, o Brasil vivenciava uma crise que colocava em xeque as práticas políticas, sociais, culturais da Primeira República, porém, para José Luciano de Queiroz Aires, não se pode subestimar a morte de João Pessoa. Foi um

fato político importante para que ocorresse o fim da Primeira República. (AIRES, 2013).

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referências, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimidade de regimes políticos. (CARVALHO, 1990, p.55).

João Pessoa, tendo sua morte associada a defesa da Paraíba, passou a ser cultuado pelo povo, logo, tornou-se um herói na Paraíba, deu nome à capital, ruas, avenidas e praças, da capital e de outras cidades do estado e do Brasil. A bandeira da Paraíba também mudou. “Quanto às cores estas estavam já tingindo o coração da brava gente parahybana e são o rubro-negro. O grande rubro symbolizando o sangue derramado do grande mártir da República, o negro symbolizando o luto que enebrece todas as almas parahybanas” (Jornal A UNIÃO, 4/10/1930). Estas palavras mostravam a campanha do Jornal em defesa da nova bandeira do NEGRO.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Olhar para o passado – para o que foi produzido no campo historiográfico sobre o passado e analisar criticamente tal passado produzido – é desenhar as perspectivas para o futuro, Historiadores o fazem periodicamente como uma reflexão crítica, buscando manter a capacidade de reconhecer as contribuições e as limitações, prospectando os caminhos possíveis para o futuro.” (GLEZER, 2011. P.10).

Neste trabalho foi abordado uma breve discussão sobre a Primeira República e como as estratégias políticas desse período ressoaram na Paraíba por meio do sistema oligárquico.

Podemos observar neste trabalho algumas oligarquias tiveram uma grande notoriedade na política da Paraíba, cada uma delas esteve presentes em algumas mudanças, que ocorreram por meio de uma figura principal desta oligarquia que conseguia entrar no governo, adquirir um cargo de grande prestígio, como governador, às vezes como da Presidência da República. Entre as oligarquias que estiveram no controle político da Paraíba podemos constar: venancismo, o alvarismo e epitacismo. Entre, estas oligarquias mostradas a que teve mais notoriedade foi à oligarquia do epitacismo, com destaque para a figura de Epiácio Pessoa.

Cabe salientar que durante este período em que a Paraíba estava sob o domínio da oligarquia epitacista, ocorreu o governo do presidente João Pessoa, este governo teve uma atuação diferente dos seus antecessores, mesmo sendo colocado no governo pelo seu Tio Epiácio, João Pessoa, procurou romper com algumas práticas coronelísticas.

João Pessoa também se recusou a acatar o nome apresentado para sucessão presidencial de 1930 que seria Júlio Prestes e tornou-se candidato de oposição como vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, criando assim a Aliança Liberal, que mesmo não obtendo a vitória na presidência, após sua morte levou Getúlio a ocupar a presidência da República.

Então, o objetivo essencial deste trabalho é demonstrar como a Paraíba teve sua política associada às oligarquias, como elas foram construindo o seu modo de se consolidar no governo por meio do coronelismo, onde muitas pessoas eram submetidas

a votar nos candidatos que os “coronéis” queriam que estivessem no governo, através do voto de cabresto e outras estratégias. Ou seja, durante a Primeira República, a liberdade eleitoral de cidadão foi completamente invadida para o agrado das oligarquias. Sendo assim, este trabalho auxiliaria a um pesquisador em compreender este período histórico que a Paraíba passou com controle das oligarquias e cujo reflexo pode ser percebido nos dias atuais.

Percebemos que após o movimento de 1930, ocorreram muitas modificações em relação alianças políticas por isso não podemos afirmar que o coronelismo foi totalmente extinto. Novos grupos oligárquicos assumiram o poder. O próprio Vargas para se manter no governo não abriu mão das oligarquias gaúchas e mesmo dos fazendeiros paulistas, bem como, os demais presidentes que o seguiram.

Os “Coronéis ganharam outra roupagem, se adaptaram aos novos tempos. Ainda no século XXI a população pobre, os trabalhadores estão praticamente excluídos dos principais cargos políticos do país. Ainda temos um número mínimo de mulheres que também conseguem ocupar tais cargos. Por outro lado, a troca de voto por favores continuam em voga, seja um emprego, uma feira, dinheiro, etc, continuam usados como moeda de troca por votos. As oligarquias não possuem a mesma influência que um dia chegaram a ter, mas em muitos municípios da Paraíba se perpetuaram famílias no poder. O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura capaz de se adaptar a diferentes momentos históricos.

Portanto, nosso trabalho de Conclusão de Curso, é mais uma leitura sobre esse tema tão polêmico. Busquei olhar para o passado e em meio a uma diversidade de opiniões tentar entender o que foi a Primeira República, como esse novo sistema foi recebido na Paraíba pelos Paraibanos na perspectiva de historiadores e outros que se aventuraram falar sobre o tema. Nas nossas leituras encontramos muitas controvérsias, desde o ato do dia 15 de novembro de 1889, que alguns afirmam que foi um golpe de cunho exclusivamente militar, ignorando tudo que ocorrera anterior aquele dia, e que, portanto, foi recebido como surpresa por muitos, para outros a monarquia estava desgastada e com os dias contados, o 15 já era esperado no meio político brasileiro e até fora do país. O final da Primeira República, também aparece com opiniões distintas, ora como uma crise que começou nos anos vinte, e culminou com a eleição de 1930, ora o final da Primeira República é colocado como consequência da chamada “Revolução de 1930”, também abordada como movimento de 1930. Outros temas polêmicos também fazem parte dessa história da Primeira República, a exemplo da chamada “Política Café com Leite”, cuja revisão historiográfica vem mostrando o quanto era impossível apenas dois estados mandarem num país, a ponto de indicarem seus presidentes desde o Governo de Prudente de Moraes até Washington Luiz, dentro de um contexto que as oligarquias se digladiavam pelo poder nos diferentes estados e regiões. Quanto ao povo, é outro tema que os historiadores não têm consenso sobre seu papel. Se não estiveram presentes na cena do 15 de novembro, seja, porque Deodoro ou os próprios republicanos temiam sua participação no ato, passaram toda Primeira República sem direito ao voto, não estiveram tão ausente dos movimentos que ocorreram entre 1889 e 1930. Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, Greves, etc. apontam que embora ao povo tenha sido negado o direito à cidadania no novo sistema, e mesmo nos livros ainda apareçam como atores coadjuvantes, existiram mobilizações populares em todo país.

Por todas as razões apontadas acima, entendo que esse tema ainda precisa de bastante pesquisas e debates por parte dos historiadores.

REFERÊNCIA

ABRANTES, Alômia, SANTOS NETO, Martinho Guedes. (org). **Outras histórias:** cultura e poder na Paraíba (1889 – 1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A Fabricação do Mito João Pessoa:** batalhas de memórias na Paraíba (1930 – 1945). Campina Grande: EDUFCG, 2013.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega, NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros, SANTOS NETO, Martinho Guedes, BARBOSA, Vilma de Lurdes. (org.) **Historiografia e(m) diversidade:** artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010.

CARONE, Edgard. **O tenentismo:** acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados.** São Paulo: Cia. da Letras, 1987.

DECCA, Edgar de. **1930. O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e Subordinação:** a Associação Comercial no Processo Histórico Regional – 1889/1930. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo do Liberalismo excludente:** da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (vol. 1).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca:** o caso da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das oligarquias.** Paraíba 1889 -1945. 2ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2000.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **A Paraíba Republicana (1889-1945).** SILVEIRA, R. M. G, et all. Estrutura de poder na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo: uma política de compromissos.** São Paulo: Brasiliense. 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1975.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: editora Universitária da UFPB, 2010.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa, A União, 1982.

MATTOS, Hebe. “A vida política”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (coord). **História do Brasil Nação: 1889 -2010. A Abertura para o Mundo 1889 – 1930**. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República”. **O Brasil na virada do século XIX para o século XX**”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Gerlandia Nascimento. **As Relações de Poder Ditas "Coronelísticas" no Final do Século XIX e início do século XX no Estado da Paraíba**. UFCG, Cajazeiras, 2014. (Trabalho de Conclusão de curso).

OLIVEIRA, Liélia Barbosa. **Problemas sociais na Paraíba da Primeira República: uma análise a partir dos governos de Venâncio Neiva e Álvaro Machado (1889-1895)**. -ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB

RODRIGUES, Inês Caminha. **A gangorra do poder**. (Paraíba – 1889-1930). João Pessoa: Ed. Universitária, 1989

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a intervenção de antenor Navarro e o poder na Paraíba (1930 – 1932). Campina Grande: EDUEPB, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Rosa M^a Godoy. et alli. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1999. (Coleção Temática, 4).

SENA, Fabiana. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na primeira Republica**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

Costa, Leotérica Ferreira da. **A mitificação de João Pessoa e republica dos coronéis**. Guarabira: UEPB, 2007. (Trabalho de Conclusão de curso).

Dias, Roberto Barros. **Deus e a pátria: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930)**. João Pessoa, 2008. Dissertação de (Mestrado em História)

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

Agradecimentos

Eu primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por mais essa conquista em minha vida.

A minha família que apoiou meus estudos, que me fez acreditar cada vez na minha capacidade, de ser cada vez melhor em meu desempenho acadêmico nessa trajetória que tive nesses quatro anos e meio de curso.

A minha orientadora ^a Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo pela sua ótima orientação, pela paciência e dedicação ao meu trabalho, sempre serei grato por me ajudar nesse final de percurso do meu curso de história.

Além da minha orientadora gostaria de agradecer aos meus professores do curso de história, pelas aulas ministradas, pelo todo saber que conseguir, por ter conseguido minha formação acadêmica.

Eu também não poderia deixar de ressaltar aos meus amigos da minha turma como, por exemplo, Ane, Pedro, Natalina, Paulo, Armanda e Daniel. Sempre me lembrarei deles por cada momento em que nós passamos conversando sobre os assuntos do curso, pelos momentos de alegria e por toda ajuda ao longo dessa trajetória neste curso de história.

Então, deixo a minha gratidão a todos que me apoiaram e que puder contar nessa jornada!

